

Fotografia: Mariza Almeida



# O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade

The knowledge about the environment and the environment for knowledge: notes about the conjuncture of the debate on vulnerability

Henri Acselrad\*

**Resumo-** O texto problematiza as condições de conhecimento e debate em torno aos processos sociais de vulnerabilização no Brasil, sugerindo que, ao lado das dificuldades propriamente metodológicas para a caracterização da vulnerabilidade como processo e como relação, elementos conjunturais concorrem para que se manifeste certa resistência a problematizar e historicizar apropriadamente tal objeto.

**Palavras-chave:** meio ambiente; vulnerabilidade; risco; conflito social; mapeamento.

**Abstract-** The text discusses the conditions established for knowing and debating social processes of vulnerabilization in Brazil, suggesting that, besides methodological difficulties to characterize vulnerability as a process and as a relationship, some conjunctural elements contribute to generate resistance to problematize and properly historicize this object.

**Keywords:** environment; vulnerability; risk; social conflict; mapping.

\* Doutor em Economia, professor do IPPUR/UFRJ e pesquisador do CNPq. *Correspondência:* IPPUR/UFRJ, Prédio da Reitoria, quinto andar, sala 533, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, CEP 21.910-240. Rio de Janeiro/RJ. E-mail: <henri@ippur.ufrj.br>.

## **Introdução**

O campo da ciência define-se por um conjunto de posições e relações através das quais os agentes nele atuantes concorrem pelo poder de estabelecer o que é e o que não é científico, quais os temas relevantes, os objetos e métodos legítimos de pesquisa. Nesse campo defrontam-se construções sociais concorrentes, representações que se pretendem fundadas numa “realidade” que se supõe capaz de validar os métodos coletivamente acumulados (BOURDIEU, 1975). Os agentes e instituições presentes no campo disputam a definição do tipo de ciência deve ser feito, o que é atual e o que é ultrapassado. Ao lado, porém, dessa metáfora espacial evocada para a construção da noção de campo científico, pretendemos aduzir aqui que caberia considerar que tais agentes e instituições articulam-se igualmente frente a circunstâncias temporais – a conjunturas determinadas onde configura-se o que alguns chamam de “clima do debate”. Edward Said (2005) destaca o fato de que, ao procurar problematizar o consenso aparente em torno da “objetividade dos fatos”, certos pesquisadores procuram buscar adotar o papel de intelectual crítico, cuja perspectiva não é a de mostrar que está certo, mas de tentar induzir uma mudança no clima moral do debate. Eis que o conhecimento sobre o meio ambiente, em particular o modo como o debate ambiental tem se configurado desde o início dos anos 2000, parece, em grande parte, depender de um ambiente do conhecimento que tem se mostrado – é o que procuraremos mostrar – pouco propício ao exercício da reflexão e da capacidade crítica. Procuraremos desenvolver, a seguir, tal questão, segundo duas distintas vias de entrada – a do ambiente do conhecimento, aplicado ao debate sobre a temática da vulnerabilidade – e a do conhecimento do ambiente, no que este se articula às dinâmicas de vulnerabilização de determinados grupos sociais no contexto de um modelo de desenvolvimento baseado na expansão das fronteiras da acumulação e na expropriação de recursos comunais, associados a dinâmicas especulativas nos campos financeiro e imobiliário.

## **O ambiente do conhecimento: a “microssociologia” de um debate sobre a vulnerabilização ambiental**

Em um debate público organizado por instituições acadêmicas sobre o tema da vulnerabilidade e dos riscos ambientais, chamou-se a atenção para o fato seguinte: na busca de indicadores para orientar ações contra a vulnerabilidade social, costuma-se caracterizar o perfil sócio demográfico e locacional de indivíduos “sob risco” – em face da probabilidade de ocorrência de agravos-ou vulneráveis-com suscetibilidades a sofrer agravos –, mas tem-se grande dificuldade em considerar os aspectos processuais e relacionais presentes na produção social da vulnerabilidade. A busca de

elementos para a caracterização objetiva das condições de vulnerabilidade dos sujeitos tende a esbarrar em duas dificuldades correntes – a de não considerar a vulnerabilização como um processo e a condição de vulnerabilidade como uma relação. Por esta razão, ao lado de outras comunicações, na ocasião daquele evento, apresentadas a respeito dos riscos que a mudança climática oferecem à conservação de monumentos históricos, tema de grande relevância para a preservação de obras que testemunham a grandeza da criatividade humana, buscava-se também trazer à discussão a questão da vulnerabilidade ambiental historicamente determinada – e desigualmente distribuída na sociedade – como objeto teórico.

Ocorre que este tipo de problematização provocou surpreendente reação entre alguns organizadores do evento<sup>1</sup>: a questão foi considerada extemporânea, sob a alegação de que o país, entrando na segunda década do século XXI, não se encontraria mais num estágio de desenvolvimento que justificasse preocupações com supostos processos permanentes de produção de vulnerabilidades; já ter-se-ia avançado para novos patamares – sustentou-se então – cabendo à pesquisa acadêmica, no presente estágio, tornar-se mais propositiva, colaborando diretamente com governos no aperfeiçoamento das condições de inserção do país na economia internacional. Isto posto, pretendo sugerir aqui que, ao lado das dificuldades propriamente metodológicas para a caracterização das vulnerabilidades como processo e como relação, nos defrontamos também com elementos conjunturais que concorrem para que se manifeste uma certa resistência a problematizar e historicizar a produção social das vulnerabilidades. Vou a seguir relatar as ideias básicas que foram então expostas naquele debate, para procurar depois melhor entender o modo como elas foram recebidas por alguns dos organizadores do debate.

Na ocasião, através de uma curta revisão da literatura corrente, se trouxe à consideração do público presente os chamados “fatores” associados à produção da vulnerabilidade – individuais, político-institucionais e sociais. Abordou-se criticamente a abordagem pelo lado do indivíduo, aquela que sugere forte interveniência de escolhas individuais na configuração da condição de vulnerável: a) os que vivem em condição de risco, diz-se, “evocam rituais de busca extrema do limite humano, aproximando-se da morte por meio de condutas arriscadas” ou b) “cometem erros de cálculo quando deixam de investir ou fazem más escolhas na constituição de sua carteira de ativos”, comprometendo, por exemplo, a sua “empregabilidade”, ou sua “capacidade de acessar a estrutura de oportunidades sociais”. A imprevidência dos indivíduos seria a causa de sua vulnerabilidade. Cabe a este propósito lembrar as manchetes correntes do tipo “Ocupações irregulares provocam deslizamento” que aparecem quotidianamente na grande

<sup>1</sup> Não nos pareceu relevante, para os propósitos deste trabalho, nomear o evento e as pessoas envolvidas no referido debate. Para o exercício de reflexão que proponho, trata-se, antes, de aproveitarmos o incidente relatado para examinar elementos do modo como se constitui o “clima moral da discussão” – nos termos de Saíd (2005).

imprensa, dissociadas em sua apresentação de qualquer referência ao modelo de industrialização com baixos salários que pressupôs a ocupação de áreas impróprias com a tolerância do Estado, à ausência ou insuficiência de políticas habitacionais como elemento capaz de explicar a ocorrência de ocupações irregulares etc. Esses são exemplos, pois, de abordagens que individualizam a exposição ao risco.

Mas mesmo entre os que consideram que a vulnerabilidade é socialmente produzida e que práticas político-institucionais concorrem para *vulnerabilizar* certos grupos sociais, o lócus da observação tende a ser o indivíduo – e seu déficit de capacidade de autodefesa – e não propriamente o processo. O esboço de índices de vulnerabilidade juvenil, por exemplo, pretende fornecer elementos para políticas que impeçam ou minimizem “escorregões para a transgressão”. Ou seja, podemos supor tratar-se, para os que o tentaram conceber, de dar elementos para políticas destinadas a reduzir os índices de desestruturação do tecido social tais como desigualdade social, baixa renda, taxas de homicídio, abandono de escola, gravidez precoce, lares sem pai e com mãe trabalhando, habitações superlotadas, escolas com êxodo de professores etc. Ora, o que deveria estar em causa seriam, portanto, as políticas e instituições que favorecem a emergência de tais males e não “o risco que os indivíduos destituídos de direitos oferecem às instituições” – os chamados “escorregões para a transgressão”.

Nas definições mais correntes, portanto, a condição apontada está posta nos sujeitos e não nos processos que os tornam vulneráveis, o que esvazia a dimensão política da distribuição – via de regra desigual – dos riscos. Uma alternativa politizadora seria, por exemplo, a de definir os vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual. Essa é a formulação do Movimento de Justiça Ambiental dos EUA: põe-se foco no déficit de responsabilidade do Estado e não no déficit de capacidade de defesa dos sujeitos (BULLARD, 1993; GOULD, 2004). Nesse caso a observação dirige-se aos mecanismos que tornam os sujeitos vulneráveis e não à sua condição de destituídos da capacidade de defender-se. O reconhecimento dessa condição de destituídos é, claro, fundamental para a constituição de sujeitos coletivos, mas desde que em confronto com as obrigações públicas que lhes são devidas como direitos e que devem, em primeiro lugar, ser cobradas; ou seja, não abstraindo o papel que desempenham os mecanismos de destituição. Isto não quer dizer localizar em processos estruturais e incapturáveis a “causa” da vulnerabilidade: interessa, ao contrário, determinar e interromper os *processos decisórios* que impõem riscos aos mais desprotegidos – decisões alocativas de equipamentos danosos, dinâmicas inigualitárias do mercado de terras, mecanismos de desinformação ou sonegação de informação, volume e distribuição dos investimentos em educação, saúde etc. Focalizar-se-á neste caso a proteção aos cidadãos como responsabilidade política dos Estados democráticos, em lugar apenas de se mensurar os déficits nas capacidades de autodefesa dos mesmos. No caso da denúncia

da proteção desigual, a sociedade procura problematizar e demandar que se desfaçam os mecanismos de vulnerabilização. Como? Como disse, requerendo do Estado políticas de atribuição equânime de proteção e combate aos processos decisórios que concentram os riscos sobre os menos capazes de se fazer ouvir na esfera pública. No outro caso anteriormente exposto, aquele centrado no déficit dos sujeitos, o Estado afirmará pretender dar aos vulneráveis “defesas contra os danos”, “capacidade de controlar as forças que modelam seu destino” “aumento no seu capital social e cultural”, sempre uma suplementação de uma carência e não uma ação sobre o processo de vulnerabilização. No primeiro caso, sublinha-se algo que lhes *é devido como um direito* – o que aponta para o conjunto de decisões de natureza distributiva intercorrentes; no segundo, para *algo que lhes falta*, capacidade que buscar-se-á atribuir-lhes ou se dirá pretender atribuir-lhes. Nesse último caso, pretende-se dar ao cidadão algo que “ele não tem”, enquanto no anterior, aponta-se para o processo através do qual esta capacidade de auto-defesa “lhe é em permanência subtraída”.

Nesta perspectiva, para se captar a dimensão societal da vulnerabilização, a pretensão de mensurar estoques de indivíduos considerados em situação de vulnerabilidade social deveria ser acompanhada de um esforço de contextualização e ser associada à caracterização dos processos de vulnerabilização, para os fins de sua posterior superação/interrupção.

No debate que então se desenrolava no evento acadêmico em questão inicialmente evocado, a reflexão assim prosseguia: a vulnerabilidade é uma noção relativa – está normalmente associada à exposição aos riscos e designa a maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares ou ecossistemas sofrerem algum tipo particular de agravo. Se a vulnerabilidade é decorrência de uma relação histórica estabelecida entre diferentes segmentos sociais, para eliminar a vulnerabilidade seria necessário, como vimos, que as causas das privações sofridas pelas pessoas ou grupos sociais fossem ultrapassadas e que houvesse mudança nas relações que os mesmos mantêm com o espaço social mais amplo em que estão inseridos. (GUIMARÃES; NOVAES, 1999).

Fatores com ação diferenciada concorrem para a maior ou menor exposição ao agravo ou a maior ou menor chance de proteção contra este. Isto porque há mecanismos de distribuição desigual de tal proteção. Esses fatores são objetivos, sim: uns têm o poder de se proteger, de se tornarem menos vulneráveis – via mobilidade espacial, influência nos processos decisórios, controle do mercado das localizações etc., enquanto que outros terão sua mobilidade restrita aos circuitos da vulnerabilidade – da moradia embaixo de um viaduto para cima de um oleoduto etc... Mas há também fatores subjetivos – ocorrem diferentes concepções do que seja tolerável ou intolerável numa dada condição de existência<sup>2</sup>. Afirma Didier Fassin

<sup>2</sup> “O intolerável não pára de se deslocar, de se estender, de se recompor”. [...] “Ainda que jamais formulada como tal, uma diferenciação do intolerável se instituiu, seguindo uma linha divisória do mundo, desta feita entre aqueles cuja vida pode ainda ser considerada como sagrada e aqueles cuja vida tornou-se sacrificável”, cf. Fassin (2005, p. 48).

(2005, p. 48): “A definição dos fundamentos de uma economia moral não é intemporal, não pára de se deslocar, de se estender e de se recompor; suas normas e limites são historicamente constituídos dentro de uma relatividade temporal.” A condição de vulnerabilidade é, pois, socialmente construída. Ela será sempre definida a partir de um ponto de vista. Sabemos que os grupos sociais convivem com horizontes e expectativas de vida distintas: quanto mais estreito for o arco das expectativas, maior a propensão a aceitar condições, em outras circunstâncias, momentos e lugares, inaceitáveis. Ela incorporará diferentes inflexões na fronteira entre o que distintos grupos sociais consideram tolerável ou intolerável. Segundo uma fala colhida para a dissertação de Maria Auxiliadora Vargas no IPPUR/UFRJ em 2006: “– Eu morava num pedacinho de céu. O prazer de ter minha casinha com terreirinho pra plantar uma couve, pois eu estava dentro do que é meu, onde podia acordar agarrada com meus doze filhos” – era como descrevia sua habitação uma moradora de encosta perigosa de Juiz de Fora. (VARGAS, 2006). Vê-se aqui o que podemos considerar um emblemático depoimento sobre o “viver sob o neoliberalismo”.

Concluía-se, assim, a problematização com o seguinte exemplo: em uma reportagem da revista Retratos do Brasil sobre vulnerabilidade social, Juliana, 15 anos, aluna da 8ª série em uma escola da periferia da Região Metropolitana de São Paulo – onde condições precárias de ensino e aprendizagem concorreriam para produzir vulnerabilidade social, afirmava: “dizem que a escola é ruim, mas quem faz a escola é o aluno”. Ou seja, revelando um caso de hiperestruturação individual e de capacidade de resistência ao processo de despolitização da sociedade, ante os sinais de que as instituições e políticas estariam falhando, a jovem não perdeu de vista as possibilidades de si própria como responsável pela construção destas mesmas instituições.

Pois bem, as colocações acima foram consideradas pelos organizadores do evento acadêmico a que nos referimos inicialmente como determinísticas, atribuindo um destino inescapável dos pobres à pobreza e dos vulneráveis à vulnerabilidade, sem falar que, como já expusemos, constituiriam situações referidas a um passado já superado, associadas como o são a pesquisas de caráter não propositivo etc. Ora, o que se tinha tentado destacar é justamente o contrário, ou seja, o papel dos sujeitos na distribuição desigual dos riscos e na produção social da vulnerabilidade, assim como, por certo, na luta contra tais iniquidades.

Cabe acrescentar, a respeito da formação das subjetividades, as seguintes observações derivadas de pesquisas desenvolvidas na área ambiental. Observa-se que a vulnerabilização é acompanhada de um amortecimento daquilo que podemos chamar de epidemiologia espontânea. A capacidade de estabelecer relações causais entre eventos relativos a impactos ambientais e ocupacionais por grupos subalternos (trabalhadores ou moradores de áreas atingidas por empreendimentos geradores de risco) é

neutralizada tanto por sua situação dita de “desespero econômico” quanto pela desinformação organizada. É comum que os grupos atingidos se mobilizem com mais força quando episódios extremos tenham já manifestado seus efeitos. Depoimentos de trabalhadores mobilizados em lutas ambientais mostram as condições restritivas do acesso à informação e ao reconhecimento dos riscos ambientais no interior da indústria. Em relação aos riscos de acidentes fabris, um diretor da Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (ATESQ) afirma: “Nós estávamos muito bem treinados para não morrer dentro da fábrica”. “Se eu não tivesse sido contaminado, ainda estaria trabalhando sem consciência nem participação no processo político, sem acesso ao conhecimento”, completou um membro da Associação de Combate aos Poluentes (ACPO). (CALDERONI, 2006).

O processo de vulnerabilização é, portanto, secundado pela neutralização da capacidade crítica dos potenciais atingidos por agravos. Vejamos por exemplo as práticas destinadas a obter a chamada “licença social” dos grandes empreendimentos. Empresas desejosas de estabilizar suas “relações comunitárias”, com frequência crescente, encomendam estudos sociológicos do que chamam de “risco social”: alega-se preocupação com as populações em situação de “risco social” nas áreas de sua implantação, para promover, de fato, ações de proteção da própria empresa contra “o risco que a sociedade pareça oferecer aos seus negócios”. Através destes estudos, mapeiam-se lideranças, movimentos sociais e carências que permitam aos empreendimentos legitimarem-se junto às populações locais, desqualificando a mobilização crítica dos movimentos sociais, ocupando os espaços vazios do poder público e conquistando a adesão popular a seus projetos, quaisquer que sejam seus custos – sociais e ambientais – para os grupos atingidos.

Por outro lado, a incerteza que é própria ao conhecimento dos processos socioecológicos favorece a desresponsabilização dos agentes que decidem sobre formas técnicas e locacionais de aparatos geradores de risco. Instaura-se uma forma de apropriação social da incerteza e uma consequente “irresponsabilidade organizada”, nos termos de Ulrich Beck (2002). Mas, cabe registrar que, juntamente com o jogo de perícia e contraperícia que a incerteza favorece, tem-se observado um certo número de casos de restrição à liberdade de pesquisa daqueles que procuram estudar conflitos ambientais e impactos de projetos e investimentos econômicos sobre as condições de existência das populações, notadamente daquela postas em situação de maior vulnerabilidade.

Assim é que a ideologia do desenvolvimento a qualquer custo, em contexto de competição por atração de investimentos internacionais, via de regra associada à aceitação de flexibilização de legislação e de direitos, tem justificado não só a reprodução da desigualdade ambiental e a penalização dos grupos sociais mais despossuídos, como tem criado constrangimentos ao exercício da atividade crítica no próprio campo científico.

Cabe, assim, examinar o conjunto das condições objetivas e subjetivas de produção social da vulnerabilidade, o que inclui, portanto, as condições de realização – livres e autônomas – da própria pesquisa social.

Isto posto, vejamos a seguir como, ao lado das condições de vigência do ambiente do conhecimento, também o conhecimento do espaço social, em particular do território dos conflitos ambientais que o integram, pode apoiar o desenvolvimento da capacidade crítica relativa à distribuição desigual dos recursos ambientais, assim como dos males decorrentes, em geral, do processo de acumulação de riquezas.

### **O conhecimento do ambiente: a respeito de mapeamentos e conflitos**

Na modernidade, os mapas foram elaborados originalmente para facilitar e legitimar as conquistas territoriais, definir o Estado como uma entidade espacial e construir nacionalismos pós-coloniais. Os primeiros mapas de constituição dos Estados-nação tiveram a ver com penetração e orientação, identificação de rotas para o interior, definição de pontos de referência considerados críticos ao longo dos trajetos e colocação de símbolos para sugerir a existência de riquezas. Outra vertente da produção cartográfica consistiu na territorialização ou delimitação dos limites do Estado, assim como na definição de propriedades em seu espaço de soberania. Uma terceira tarefa do mapeamento foi a da criação de jurisdições administrativas que facilitassem o controle centralizado sobre os territórios nacionais e seus domínios. Um quarto tipo de mapa, de zoneamento, prescrevia utilizações para o território segundo normas preestabelecidas. Assim, cada tipo de mapa teve uma função específica e cada um esteve associado a uma fase diferente no processo de formação dos Estados, embora estas fases possam, eventualmente, ter-se imbricado umas nas outras.

Com o surgimento de uma questão ambiental delineada no debate público no final dos anos 1960, implicações espaciais concorreram para o que poderíamos chamar de uma “ambientalização da cartografia”, que se deu paralelamente ao processo de ambientalização dos próprios Estados nacionais<sup>3</sup>. Foi a partir dos anos 1970 que se observou, no Brasil, a montagem de sistemas institucionais responsáveis por dimensões ditas ambientais das políticas governamentais. A questão ambiental foi sendo, assim, internalizada nos aparelhos de Estado de modo a constituir instituições e práticas governamentais especializadas em políticas “de meio ambiente”. Na década seguinte, configurou-se a estrutura institucional voltada à sua execução. A partir do final da década de 1980, começaram, porém, a se

<sup>3</sup> O termo “ambientalização” é usado aqui, nos termos de Leite Lopes, como neologismo denotando um processo histórico de construção de novos fenômenos, um processo de interiorização pelas pessoas, por diferentes grupos sociais e por discursos institucionais das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente, cf Lopes (2004).

fazer sentir os indícios de que, confrontado a pressões permanentes, seja das forças da liberalização econômica, seja dos adeptos do desenvolvimentismo convencional, o processo de ambientalização do Estado brasileiro foi truncado, ou seja, configurado como “uma ação ou obra interrompida, deixada incompleta ou impedida de ser levada a cabo”, dada a ausência de base social capaz de fazer representar em seu interior a expectativa dos que recusam a inelutabilidade das políticas de apoio a uma acumulação intensiva em território e recursos ambientais. Eis que, notadamente nos ascensos cíclicos da economia, mas também nos períodos de baixo crescimento em que tendem a ser justificadas formas improdutivas ou pouco produtivas de predação ambiental, a acumulação capitalista requereu escalas cada vez mais amplas de produção, com a busca de novos espaços sociais e biofísicos a valorizar. Assim é que se afigurou uma crescente concentração do uso dos recursos hídricos em favor de grandes hidrelétricas e dos grandes projetos de irrigação, destinou-se o acesso às regiões ricas em minerais para grandes empresas mineradoras, favoreceu-se a incorporação de grandes porções de terras de fronteira por frentes especulativas. A expansão própria a esse tipo de acumulação, que podemos chamar de *extensiva* – dando-se por via da expansão de fronteiras – tende a resultar na destruição de formas sociais não-capitalistas de apropriação do território e seus recursos, assim como na desestabilização dos sistemas ecológicos nos espaços crescentemente ocupados pelos grandes empreendimentos. Em nome de uma concepção industrialista de progresso, desestruturaram-se as condições materiais de existência de grupos socioculturais territorialmente referenciados e pressionou-se a base de recursos de populações situadas em terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2004). A moderna sociedade capitalista brasileira, com sua particular modalidade de “fordismo”, baseou-se também na aceleração dos ritmos de produção e na intensificação do trabalho. Através da acumulação *intensiva* – pela via dos ganhos de produtividade – foi permanente o esforço em aumentar a velocidade de recuperação do capital investido, fazendo com que tal aceleração acabasse por chocar-se com os ritmos, mais lentos, de regeneração próprios aos indicadores qualitativos do meio biofísico. São disso testemunho os males da poluição industrial e do uso de substâncias perigosas sobre as populações trabalhadoras e moradores de áreas de risco situadas nas proximidades das redes técnicas da circulação de mercadorias e materiais ou habitando zonas ecológicamente frágeis, dada a ausência de políticas habitacionais apropriadas.

Em que pesem os traços de um modelo de desenvolvimento intensivo em recursos ambientais, ou seja, expansivo no que concerne à desestruturação das formas não capitalistas de apropriação do território e seus recursos, o discurso do planejamento territorial passou, a partir dos anos 1980, a incorporar elementos do discurso ambiental, fazendo com que ganhasse força a remissão a uma racionalidade ecológica, apresentada como

necessária ao ordenamento territorial do país. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é o nome do instrumento que esteve desde então fortemente associado à materialização territorial desta suposta racionalidade. A ideia de que os projetos do desenvolvimentismo autoritário, com o apoio financeiro dos organismos multilaterais, resultaram em uma “desordem ecológica e social” afirmou-se de tal forma que o próprio Banco Mundial procurou incorporar “preocupações ambientais” voltadas para a correção dos impactos emblematicamente desastrosos de projetos como o POLO-NOROESTE. O ZEE foi tratado como peça-chave a propiciar o conhecimento do terreno, a identificação das potencialidades do território e a classificação de áreas segundo diferentes padrões tidos por racionais e desejáveis de uso.

Eis que a cartografia “ambientalizada” tornou-se, no interior das dinâmicas do ZEE, instrumento da pretendida representação do ordenamento ecológico do espaço, da determinação racional das “vocações naturais” das diferentes porções do território: discutiram-se as escalas apropriadas, as técnicas de obtenção de imagens, metodologias para a representação do que se entende por “verdade terrestre”<sup>4</sup>, a seleção das variáveis a discriminar para orientar a gestão dos usos de recursos naturais etc. Mas qualquer consulta que se faça à produção documental sobre o ZEE, faz saltar aos olhos a referência constante a suas ditas “dificuldades metodológicas”. Assim é que ante a complexidade das dinâmicas socioterritoriais encontradas, afirma-se recorrentemente uma angústia anticartesiana e uma pretensão holística irrealizada, a busca de indicadores que expressem a associação apropriada entre variáveis sociais e geofisiográficas, e, por fim, o desencanto com a falta de “sustentabilidade política” do ZEE, dada a inconformidade da realidade social frente aos propósitos e marcos conceituais que orientam a implementação desse instrumento no planejamento territorial. Caberia perguntar, a propósito, se essas dificuldades e angústias não estariam refletindo aquilo que De Certeau chamou de “um enorme resto feito de sistemas culturais múltiplos e fluidos, situados entre as maneiras de se utilizar o espaço e o planejamento”, gerando “um fluxo de murmúrios nas regiões avançadas do planejamento”. (1995, p. 234). Não seriam as mencionadas “dificuldades metodológicas” a expressão mesma da tensão entre o espaço geometrizado, estático e relativamente homogêneo da idealização zoneadora e o território usado, “forma-conteúdo em processo de mudança”? (1999, p. 18).

Em comunicação ao seminário sobre ZEE organizado pelo Ministério do Meio Ambiente em outubro de 2000 em Manaus, afirmava um representante do Banco Mundial:

<sup>4</sup> Para a coordenadora do ZEE do estado do Maranhão, a identificação das unidades ambientais e da ecodinâmica levaria à caracterização da “verdade terrestre”; cf. Bitencourt (1995, p.13).

A sociedade é caracterizada por conflitos, muitas vezes sobre o uso da terra e seus recursos. A resolução de conflitos sociais se dá através do processo político. O processo técnico de planejamento tem certa tendência de esperar que ele, por si só, possa levar a um consenso, a uma harmonia social sobre o assunto. Certamente pode contribuir para tal. Mas o zoneamento não deve ignorar a existência de conflitos de interesses como um fato básico social, e terá mais chances de sucesso se for conduzido como um processo de negociação, de resolução de conflitos entre os 'stakeholders'. Parece, inclusive, que deveria começar logo com o diálogo entre os 'stakeholders' sobre os problemas e opções por eles percebidos, e não com as pesquisas e os mapas. (DIEWALD, 2000, p.3).

Ora, tal consideração reflete justamente os impasses das técnicas de representação do território que sempre estiveram surdas ao "fluxo de murmúrios" descrito por De Certeau (1995), incapazes como têm se mostrado de tornar visíveis e politicamente trabalháveis os "restos culturais situados entre o espaço usado e o planejamento". Ora, no caso das cartografias ambientalizadas do ZEE, o território atravessado por conflitos, plural e polisêmico, aberto ao aleatório e não controlável tende a ser transformado em extensão quantificada, limitada, controlada pelo gesto cartográfico que pretende servir de suporte à ação planejadora (LUSSAULT, 1995, p. 170). Pois o imaginário cartográfico e as representações do território para fins de zoneamento encerram a necessidade de fragmentar o real para melhor defini-lo, descrevê-lo e, simbolicamente, possuí-lo. E a fragmentação do espaço resultante exprime a vontade de se ajustar cada uma de suas porções a um projeto utilitário de integração mercantil ou de subordinação política. Este ajuste, que será entendido, via de regra, como um encontro com a "verdade do lugar", verdade disseminada e encontrável no mundo das coisas, não evitará que a ilusão da ordem almejada seja desfeita antes mesmo de se realizar – os dados serão considerados inatuais, as zonas idealizadas se mostrarão incompatíveis com as realidades sociais do terreno, as políticas fundiárias federais desautorizarão as destinações de área feitas por órgãos estaduais etc. A dinâmica social negará assim, repetidamente, a ordem utópica das coisas, expressa em estados estáveis e definitivos de representações das quais se tende, via de regra, a subtrair a História.

Ora, é essa História que se tem tentado, desde a década de 1990, introduzir nos exercícios de representação de um território que torne visíveis as dinâmicas espaciais do tecido social vivo – os processos socioecológicos intrinsecamente conflituais que estabilizam e instabilizam lugares e grupos sociais. Isto porque os conflitos ambientais resultam do modo como o tecido social vivo se manifesta a respeito da aceitabilidade das condições pelas quais o espaço é compartilhado. E o que é posto em questão pela dinâmica conflitiva em seu conjunto – não necessariamente, por certo, por cada ator coletivo em separado – é, pois, o modelo de desenvolvimento – o modo socioespacial pelo qual são distribuídos os recursos do território.

Se tomarmos como exemplo o espaço da cidade no modelo de desenvolvimento dito fordista – ou seja, a cidade industrial, do automóvel e da expansão imobiliária com verticalização dos imóveis – este estará associado, em geral, a conflitos em torno à poluição do ar, à disposição indevida dos produtos invendáveis da atividade capitalista – os ditos efluentes líquidos, sólidos e gasosos. Nos espaços não urbanos, por sua vez, os conflitos exprimirão o movimento de expansão das fronteiras da acumulação em sua articulação com formas renovadas de exploração do trabalho – via flexibilização e reversão de direitos – assim como de geração de ganhos financeiros a partir da especulação com a terra.

Pois desde o início da liberalização de sua economia, o capitalismo brasileiro veio configurando formas peculiares de associação entre acumulação intensiva – via aceleração do tempo de rotação do capital, ganhos de produtividade e intensificação do trabalho –, acumulação extensiva – via expansão das fronteiras da acumulação e expropriação de recursos comunais – e dinâmicas especulativas no campo financeiro e imobiliário. Após a crise global de 2008, esse modelo foi mais uma vez reafirmado: os responsáveis pela ação governamental no Brasil – louvados por terem sido capazes de atravessar a turbulência financeira sem maiores desequilíbrios macroeconômicos – não cogitaram em adotar medidas que promovessem alguma inflexão na trajetória de inserção crescente da economia brasileira como exportadora de commodities e semielaborados. A expansão das fronteiras internas do mercado tem-se materializado pela desestabilização de formas de produção relativamente autônomas, responsáveis pela produção e reprodução da biodiversidade, das fontes de água e de outros elementos do que hoje são apresentados como recursos ambientais ameaçados de escassez e estratégicos para o futuro do país. O prêmio Nobel de Economia atribuído, em 2009, a Elinor Ostrom, cientista política que destaca o papel das formas coletivas de gestão dos recursos de uso comum, revelou a preocupação crescente, mesmo nos meios do pensamento hegemônico, com a desestruturação das formas sociais e institucionais, como aquelas desenvolvidas no Brasil por comunidades ribeirinhas, de seringueiros, geraizeiros, quilombolas, grupos que exploram em comum fundos de pasto, faxinais e outros, reconhecidas como capazes de dar resposta aos efeitos homogeneizadores, poluentes e degradantes que as monoculturas e indústrias intensivas em recursos naturais produzem sobre o ambiente.

Nesse contexto, nos mapas que procuram incorporar a historicidade dos processos sociais, o espaço torna-se um vasto tabuleiro de xadrez sobre o qual os sujeitos sociais evoluem, se deslocam, se orientam. A delimitação do espaço torna-se, assim, não mais um meio de representá-lo simplesmente pelos objetos geográficos que o compõem, mas pelos conhecimentos associados a seu uso e pela intenção política que preside a sua apropriação. A representação desses territórios, onde se incorpora o conhecimento dos diferentes interesses, assim como o conflito entre seus

distintos projetos, expõe, pois, ao debate a questão da legitimidade do poder que sobre eles é exercido.

Os sujeitos cujas práticas espaciais são comprometidas pela expansão da fronteira de vigência das formas capitalistas de apropriação dos recursos ambientais procuram se colocar no mapa, se fazer visíveis na esfera pública reivindicando direitos à sua reprodução sociocultural. Mas a capacidade destes sujeitos se fazerem ouvir e de alimentarem uma reflexão crítica sobre a desigualdade ambiental – ajudando a sociedade a conhecer as condições ambientais conflituosas próprias ao modelo de desenvolvimento em vigor – é indissociável da vigência de um ambiente favorável ao exercício da liberdade acadêmica e de pesquisa, ao debate de ideias assim como ao conhecimento das condições de construção de alternativas ao monocultivo dos territórios e das mentes.

**Referências**

- ALMEIDA, A.W. Terras tradicionalmente ocupadas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. ANPUR, v. 6, n. 1, maio 2004, p. 9-32.
- BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós Básica, 2002.
- BITENCOURT, J.B. Audiência pública, proposta de fiscalização e controle. Brasília, 18/10/1995.
- BOURDIEU, P. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès e la raison. *Sociologie et sociétés*, v. 7, n.1, 1975, p. 91-118.
- BULLARD, R.D. Anatomy of environmental racism and the environmental justice movement. In: BULLARD, R.D. (Ed.) *Confronting environmental racism: voices from the Cambridge*. Massachussets, 1993.
- CALDERONI, E. Anexos Trabalho de Campo, 2006, PUC-SP, SP, mimeo.
- DE CERTEAU, M. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1995.
- DIEWALD, C. ZEE – Como continuar? *Seminário sobre Zoneamento Ecológico Econômico*, MMA, Manaus, Out. 2000,
- FASSIN, D. L'ordre moral du monde: essai sur l'intolérable, In: FASSIN, D.; BOURDELAIS, P. (Ed.). *Les constructions de l'intolérable: études d'anthropologie et d'histoire sur les frontières de l'espace moral*. Paris: La Decouverte, 2005.
- GOULD, K.A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S. J.; PÁDUA, A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 69-80.
- GUIMARÃES, M.C.S.; NOVAES, S.C. Autonomia reduzida e vulnerabilidade: liberdade de decisão, diferença e desigualdade. *Revista Bioética*, v.7, n.1, 1999. Disponível em: <[http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/issue/view/21](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/issue/view/21)>.
- LOPES, J.S.L. A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda. In: ACSELRAD, H. (Org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 217-244.
- LUSSAULT, M. La ville clarifiée: essai d'analyse de quelques usages carto – et iconographiques en oeuvre dans le projet urbain. In: CAMBREZY, L.; MAXIMY, R. (Ed.) *La cartographie en débat: représenter ou convaincre*. Paris: Karthala-ORSTOM, 1995.
- SAID, E.W. Falar a verdade ao poder. In: SAID, E.W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, p. 89-104.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cartas IPPUR*, v. XIII, n. 2, ago./dez. 1999.

VARGAS, M.A.R. *Construção social da moradia de risco: trajetórias de desposseção e resistência – a experiência de Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

Recebido em 23 de novembro de 2013.

Aprovado para publicação em 16 de dezembro de 2013.